



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

03/01/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Tarcísio pede estudos para privatizar Sabesp e Emae

O governador Tarcísio de Freitas, após se reunir ontem pela primeira vez com o secretariado, afirmou como serão feitos "os contornos aos primeiros estudos" para a privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) e da Sabesp, sem dar mais detalhes, mas disse que são objetivos que serão perseguidos "ao longo do tempo".

Freitas afirmou ainda que vai vetar o projeto aprovado na Assembleia Legislativa (Alesp) que diminui o imposto sobre heranças e doações em São Paulo. A redução das alíquotas retiraria mais de R\$4 bilhões da arrecadação estadual.

O veto entra no pacote de primeiras medidas tomadas pelo novo chefe do Executivo paulista empossado anteontem, que incluem ainda a contratação de estudos para a desestatização de estatais e a designação de um projeto especial para a Cracolândia.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 03 de janeiro.

Aposentados e trabalhadores começam 2023 pagando mais Imposto de Renda pelo 27º ano seguido

Os brasileiros iniciam mais um ano pagando mais IR (Imposto de Renda) por falta de reajuste na tabela usada para calcular os descontos em salários e aposentadorias.

O último reajuste integral da tabela que determina a faixa de isenção e alíquotas foi feito em 1996. Com isso, aposentados e trabalhadores pagam um percentual desproporcional à reposição salarial anual, prejudicando o aumento real da renda, avaliam especialistas.

Desde 1996, a tabela passou por atualizações, sendo a última em 2015 durante o segundo governo da então presidente Dilma Rousseff (PT). Mesmo assim, não houve reposição completa e a defasagem acumulada é de 145,56%, estima levantamento de outubro da Unafisco Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

A projeção da entidade é que a União arrecade, em 2023, mais de R\$ 320 bilhões com o IR, dos quais R\$ 190 bilhões seriam indevidos. "Quem paga são os assalariados que têm apenas a reposição da inflação nos salários e pagam mais IR ano após ano. São recursos que deveriam estar nas mãos das famílias e não estão", afirma Mauro Silva, presidente do Unafisco Nacional.

Atualmente, quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês está isento do Imposto de Renda. Caso a tabela fosse corrigida integralmente, contribuintes com salários de até R\$ 4.675,38 não precisariam arcar com esses tributos. Assim, o número de isentos passaria de 7.948.772 para 24.542.434, representando uma redução de pelo menos R\$ 186,8 mil na arrecadação, segundo a entidade.

A correção integral da tabela do IR foi promessa de campanha de Jair Bolsonaro (PL) em 2018. Em junho de 2021, o governo enviou uma proposta, como parte da reforma tributária, ao Congresso. A Câmara dos Deputados aprovou o texto, que não avançou no Senado. Só nos últimos quatro anos, a defasagem estimada pelo Unafisco Nacional é de 30,35%.

Uma das promessas do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) é a isenção para quem recebe até R\$ 5.000. Embora houvesse a expectativa de que o ajuste fosse incluído na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Transição, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias (PT), coordenador da legenda nas negociações do Orçamento de 2023 durante o governo de transição, afirmou que se trata de uma meta "para mandato".

Ainda que o governo eleito não tenha sinalizado quais são os planos para correção da tabela, a expectativa é que o processo seja gradual, com alterações anuais. Teoricamente, ao elevar o valor da isenção, poderia haver um impacto proporcional às demais faixas. No entanto, sem a sinalização do próximo governo, não é possível determinar quais critérios serão utilizados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 03 de janeiro.

Meta de Lula, baixar preço da comida é missão difícil nas condições atuais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou em seu discurso de posse no domingo (1º) a necessidade de uma redução dos preços dos alimentos — uma difícil missão nas condições atuais dos mercados interno e externo.

O que o país precisa é de uma mudança de política agrícola. Ela não deve inibir a participação do Brasil no mercado internacional, mas estruturar também a produção interna de produtos básicos à alimentação.

Essa estruturação passa por termos condenados internamente por muitos, como a concessão especial de crédito a determinados itens da produção, mas que são necessários para uma reposição na oferta de alimentos.

O produtor, assim como em qualquer outra atividade, busca lucro ou uma renda para dar continuidade à sua atividade. O modelo exportador atual, bastante remunerador, faz a economia agropecuária se voltar basicamente para as exportações, que determinam inclusive preços internos.

Os preços dos alimentos e os números da área plantada nos últimos anos indicam os rumos que a agricultura brasileira vem tomando.

Os governos vêm tirando os olhos dos pequenos produtores, responsáveis por boa parte da produção dos alimentos que, atualmente, causam inflação no país. O Orçamento está cada vez mais curto.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 03 de janeiro.

MP sobre combustíveis é inconstitucional e afeta investimento, diz setor de etanol

A medida provisória que trata sobre desoneração dos tributos PIS/Cofins sobre combustíveis, publicada nesta segunda-feira (2), é inconstitucional e afeta investimentos, disseram representantes da indústria de etanol do Brasil.

A Unem (União Nacional do Etanol de Milho) afirmou que a medida fere a Constituição porque incentiva o consumo de gasolina em detrimento do etanol, "desrespeitando preceitos da Emenda Constitucional 123, de 14 de julho de 2022, que estabelece diferencial de competitividade para os biocombustíveis no Brasil".

O presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia), Evandro Gussi, também chamou a atenção para o problema, lamentando que uma medida adotada no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro tenha sido reeditada com Luiz Inácio Lula da Silva.

"Essa medida é expressamente inconstitucional, a Emenda 123 prevê expressamente que tem de ter um diferencial tributário entre etanol e gasolina, está escrito isso, diferencial que garanta competitividade, e prevê também que a isenção só poderia acontecer até 31 de dezembro (de 2022)", disse Gussi, à Reuters.

Ele lembrou que, devido à necessidade do diferencial tributário, houve uma compensação de R\$ 3,8 bilhões em créditos quando os tributos foram zerados no ano passado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 03 de janeiro.

Mercado eleva previsão para inflação em 2023 e vê Selic mais alta

Analistas consultados pelo Banco Central encerraram 2022 elevando as projeções para inflação e prevendo menos cortes para a taxa básica de juros neste novo ano, de acordo com a pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira (2).

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, foi fechado na sexta-feira, dia 30 de dezembro, antes da posse de Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato como presidente, no domingo.

O Focus apontou que a expectativa é de que o IPCA tenha encerrado 2022 com alta de 5,62%, contra 5,64% antes. Mas para este ano a conta subiu em 0,08 ponto percentual, para 5,31%. Para 2024 também houve aumento, de 0,05 ponto, para 3,65%.

Em todos os casos, as perspectivas para a inflação superam o centro da meta para cada ano — 3,5% para 2022, 3,25% para 2023 e 3,00% para 2024, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A pressão inflacionária levou os especialistas consultados a preverem uma taxa básica de juros mais alta este ano, de 12,25% contra 12,00% antes.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 03 de janeiro.